

São Paulo, 26 de agosto de 2009.

Senhor(a) Diretor(a)

Tem o presente a finalidade de consolidar as orientações relativas a acumulação de cargo/função, considerando as constantes dúvidas e incoerências encontradas nos atos decisórios encaminhados para publicação.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal estabelece que:  
“XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.”

1.2. Decreto nº 41.915, de 02, publicado no DOE de 03/07/1997, que dispõe sobre acumulações remuneradas de cargos, empregos e funções no âmbito do serviço público estadual e dá outras providências.

## 2. DA COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DA ACUMULAÇÃO

2.1. Desde a edição do Decreto nº 41.915, de 02, publicado no DOE de 03/07/97, artigo 8º, a autoridade que der posse ao funcionário ou exercício ao servidor em regime de acumulação, compete:

- Verificar a regularidade da acumulação
- Publicar a decisão dos casos examinados

2.2. Através da **Portaria CEETEPS nº 088, de 24, publicado no DOE de 29 de julho de 1997**, o Diretor Superintendente do Centro Paula Souza **delegou competência**, aos Diretores das Unidades de Ensino Médio e aos Diretores das FATECs, para análise da regularidade e a conseqüente publicação da situação de acúmulo dos servidores.

## 3. DAS REGRAS

3.1. De acordo com o mencionado inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, a regra geral da acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas **é a sua proibição. A acumulação remunerada é uma exceção à regra geral.**

3.2. A acumulação remunerada somente será permitida para determinados cargos, empregos e funções públicas técnicas ou científicas e se houver compatibilidade de horários. Conforme Manual de Acumulação Remunerada disponibilizado no site da Unidade Central de Recursos Humanos, relacionamos abaixo os cargos, funções ou empregos passíveis de acumulação:

- 2 (dois) de professor
- 1 (um) de professor e outro técnico ou científico;
- 2 (dois) privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
- 1 (um) juiz e outro de professor;
- membro do Ministério Público e outro de professor;
- membro das Forças Armadas e outro relativo ao ensino e a difusão cultural.

**EXCEÇÃO:** O servidor aposentado poderá acumular com cargo/função/emprego em comissão/confiança, qualquer que seja o cargo/função oriundo da aposentadoria.

3.3. Considera-se cargo, emprego e função técnica ou científica aquela que exige, para seu exercício, conhecimentos específicos de nível superior ou profissionalizante correspondente ao segundo grau de ensino. A simples denominação de “técnico” ou “científico” não caracterizará como tal o cargo, emprego ou função pública que não satisfizer a exigência mencionada na definição acima.

**OBSERVAÇÃO:** A acumulação não será permitida quando envolver cargos, empregos e funções administrativas não técnicos ou científicos ou dois técnicos, conforme exemplos abaixo:

**1. Auxiliar Administrativo no CEETEPS(médio) e Professor na Secretaria da Educação(superior)**

**2. Bibliotecário no CEETEPS(técnico) e Bibliotecário em outro órgão público (técnico)**

#### 3.4. DA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS

3.4.1. Os horários serão compatíveis se houver possibilidade de exercício dos dois cargos, empregos ou funções em horários diversos e desde que:

3.4.1.1. se observe o número regulamentar de horas de trabalho de cada um;

3.4.1.2. fique comprovada a viabilidade de acesso aos locais de trabalho por meios normais de transporte;

3.4.1.3. os intervalos entre o término de um e o início do outro forem de:

- a) 1 (uma) hora, se no mesmo município;
- b) 2 (duas) horas, se em municípios diversos.

3.4.2. A carga total não poderá ultrapassar o limite de 64 (sessenta e quatro) horas semanais, conforme artigo 23 da LC 1.044/2008.

- **EXCEÇÃO:**
- No caso das unidades de exercício situarem-se próximas uma da outra, o intervalo poderá ser reduzido até o mínimo de 15 (quinze) minutos, a critério da autoridade competente, após análise dos horários de trabalho.
- Esta redução somente poderá ocorrer se houver possibilidade dos cumprimentos dos horários de trabalho e desde que não haja qualquer prejuízo para o serviço público.

**Obs: A título de remuneração os docentes recebem hora-atividade (20% ETEC e 50% FATEC), portanto deverá ser considerada para o cômputo da carga horária.**

3.5. A acumulação remunerada será possível apenas para 2 (duas) situações acumuláveis, não sendo permitida a tríplice acumulação.

3.6. No caso de acumulação ilegal, o funcionário, empregado ou servidor terá que optar entre permanecer na situação de acumulação remunerada na qual se encontra ou afastar-se de um dos cargos, empregos ou funções que exerce, se não houver possibilidade de um deles acumular com o terceiro. Neste caso, a autoridade competente para dar posse ao funcionário ou exercício ao servidor deverá verificar novamente todos os requisitos referentes à regularidade de acumulação.

3.7. O servidor, em licença para tratar de interesses particulares, não poderá ser nomeado ou admitido para exercer qualquer outro cargo, função ou emprego público na Administração Direta, nas Autarquias, nas Fundações, nas Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, e nas Empresas Públicas Estaduais (Art. 13 do Dec. nº 41.915/97).

3.8.A acumulação remunerada abrange a esfera Estadual, Municipal ou Federal, na seguinte conformidade:

- Administração Direta;
- Autarquias;
- Fundações;
- Empresas Públicas;
- Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias, e
- Sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo Poder Público.

#### 4. DOS PROCEDIMENTOS:

- a) O (a) interessado(a) deverá preencher a Declaração de Situação Funcional, informando se exerce ou não cargo, emprego ou função **(Anexo I)**;
- b) Em caso positivo, preencher também o Modelo 1 constante no Manual de Procedimentos de Acumulação **(Anexo II)**;
- c) Solicitar a(o) interessada(o) a declaração, conforme Modelo 2, 3 ou 3A do Manual de Acumulação de Cargo/função, que deverá ser juntada ao Processo de Contratação/Admissão **(Anexos III, IV e V)**;
- d) Juntar a grade horária, no caso de servidor docente, ou declaração de horário, no caso de servidor técnico/administrativo, da Unidade de Ensino;
- e) Proceder a análise dos cargos/funções e a compatibilidade de horário;
- f) Publicar o ato decisório correspondente. (Modelos Anexos)

**OBSERVAÇÃO:** A UNIDADE DE ENSINO TERÁ CONDIÇÕES DE ANALISAR A ACUMULAÇÃO REMUNERADA, SE NA DECLARAÇÃO APRESENTADA DO OUTRO ÓRGÃO CONSTAR:

- **A JORNADA OU CARGA HORÁRIA DE TRABALHO SEMANAL**
- **O CARGO/FUNÇÃO OU EMPREGO**
- **A ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA O CARGO/FUNÇÃO OU EMPREGOS, DEFINIDA POR LEI**
- **A DISTÂNCIA ENTRE OS DOIS ÓRGÃOS PÚBLICOS**

**Observação:** A Acumulação de Cargo/função deve ser analisada e publicada antes do candidato entrar em exercício.

4.1. No caso de **acumulação ilegal**, o interessado poderá apresentar o pedido de reconsideração (**Anexo VI**) à mesma autoridade que emitiu o ato decisório, devendo, para tanto, apresentar novas provas ou argumentos.

4.1.1. A autoridade após análise do pedido de reconsideração deverá providenciar o ato decisório de reconsideração, conforme modelo anexo.

4.2. Se a decisão do pedido de reconsideração foi desfavorável, o interessado pode apresentar recurso à autoridade superior à aquela que decidiu o pedido anterior, devendo, novamente, conter novas provas ou argumentos.

A Unidade de Ensino deverá obter o Manual de Procedimentos de Acumulação de Cargos/Função, devidamente atualizado, no site [www.recursoshumanos.sp.gov.br](http://www.recursoshumanos.sp.gov.br), da Unidade Central de Recursos Humanos.

Duvidas poderão ser dirimidas no ramal 3035, com Andréia.

**ATENÇÃO! Será responsabilizada, aplicando-se as sanções cabíveis, a autoridade competente que permitir a acumulação ilegal.**

**Os Anexos a que se refere o presente ofício circular estarão disponibilizados na homepage da Unidade de Recursos Humanos.**

Atenciosamente

Antonio Carlos Pavanelli  
Coordenador Técnico